

Publicado no Secretario da Prefitura em
13 de Março de 1908

O Secretario
José Garibaldi de Nicola

Ley N° 5 -

O Capitão José Antônio de Morais, Prefeito Municipal
desta Cidade da Piedade.

Faz saber que a Câmara Municipal, decretou e eu promulguei a seguinte lei:

Art. 1º Fica a Prefeitura autorizada a mandar fazer
o conerto necessário na ponte do rio Pirofora desta Cidade.

Art. 2º Fazendo a disposição em contrário.

Piedade, 12 de Maio de 1908

O Prefeito

José Antônio de Morais

Publicado no Secretario da Prefitura 12 de Maio de 1908

O Secretario

José Garibaldi de Nicola

Ley N° 6 -

O Capm José Antônio de Morais, Prefeito Muni-
cipal desta Cidade da Piedade.

Faz saber que a Câmara Municipal, decretou e an-
promulgou a seguinte lei:

Art. 1º Fica a Prefeitura autorizada a abrir o necessário
crédito para cobrir os despesas feitas com a viagem da
comissão a São Paulo e com a expensas do auto
móvel nesta cidade.

Essas despesas serão feitas por conta das verbas
Exercício findo.

Art. 2º Fazendo as disposições em contrário.

Piedade 22 de Junho de 1908

O Prefeito

José Antônio de Morais

Publicado na Secretaria da Prefeitura 24 de Junho de 1908

O Secretário

José Gariboldi de Moraes

Resolução N° 7

O Capº José Antônio de Morais, Prefeito Municipal desta Cidade da Piedade etc.

Faz saber que a Câmara Municipal, decretou e empromulhou a seguinte resolução:

Art. 1º Fica a Prefeitura autorizada a mandar fazer os sargentos que necessita a rua do Bapº Antônio Borboleta da sua Cidade.

Art. 2º Revogase as disposições em contrário.

24 de Junho de 1908

O Prefeito

José Antônio de Morais

Publicado na Secretaria da Prefeitura 24 de Junho de 1908

O Secretário

José Gariboldi de Moraes

N° 8

O Capº José Antônio de Morais Prefeito Municipal de esta Cidade da Piedade etc.

Faz saber que a Câmara Municipal decretou, e empromulhou a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedido ao Club Litterario Piaoparense, fundado nesta Cidade, o auxílio anual de 300 mil reis. § Único: O auxílio será entregue ao Tesoureiro do Club em duas prestações, sendo de seis em seis meses.

Art. 2º Fica a Prefeitura autorizada a abrir o crédito necessário.